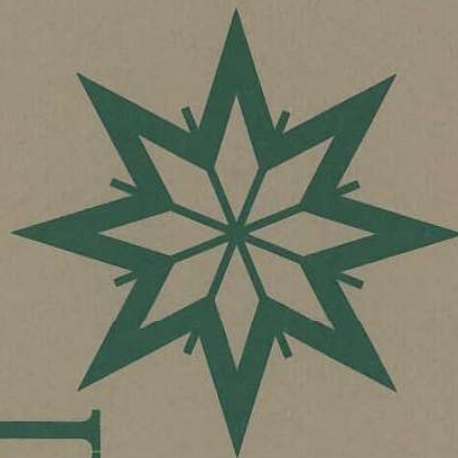


NOVOS

HORIZONTES

SÉCS. XV-XVII



COORD.

ANTONIO SÁNCHEZ

PALMIRA FONTES DA COSTA

HENRIQUE LEITÃO

1

CIÊNCIA,
TECNOLOGIA
E MEDICINA
NA CONSTRUÇÃO
DE PORTUGAL

COORD.
GERAL

ANA
SIMÕES

MARIA
PAULA
DIOGO

TINTA DA CHINA

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEDICINA
NA CONSTRUÇÃO DE PORTUGAL

1

NOVOS HORIZONTES SÉCS. XV-XVII

COORDENAÇÃO GERAL

ANA SIMÕES E MARIA PAULA DIOGO

COORDENAÇÃO

ANTONIO SÁNCHEZ, PALMIRA FONTES DA COSTA
E HENRIQUE LEITÃO

LISBOA
TINTA-DA-CHINA
MMXXI

© 2021, CIUHCT
e Edições tinta-da-china, Lda.
Palacete da Quinta dos Ulmeiros
Alameda das Linhas de Torres, 152
Piso I, escritório 10
1750-149 Lisboa
21 726 90 28/29 | info@tintadachina.pt

www.tintadachina.pt

TÍTULO
Ciência, Tecnologia e Medicina na Construção de Portugal
Volume I: Novos Horizontes — Sécs. XV-XVII

COORDENAÇÃO GERAL
Ana Simões e Maria Paula Diogo

COORDENAÇÃO DESTE VOLUME
Antonio Sánchez, Palmira Fontes da Costa e Henrique Leitão

CAPA E COMPOSIÇÃO
Tinta-da-china

REVISÃO
Tinta-da-china

1.ª edição: Junho de 2021

ISBN 978-989-671-596-0
Depósito Legal n.º 474898/20

ÍNDICE

Introdução geral	II
Introdução ao volume	17
O mundo ibérico e a ciência moderna: uma mudança de narrativa <i>Antonio Sánchez, Henrique Leitão</i>	27
A universidade medieval e renascentista <i>Mário Farelo</i>	41
O navio em teoria <i>Francisco Contente Domingues</i>	67
A construção naval nos séculos XVI e XVII: dados para a sua reconstrução histórica <i>Filipe Vieira de Castro</i>	83
Navegação e cartografia náutica nos séculos XV e XVI <i>Joaquim Alves Gaspar</i>	101
Cosmografia, náutica e conhecimento prático: espaços, práticas e artefactos <i>Antonio Sánchez</i>	127

Pedro Nunes na «Aula da Esfera»: o ensino da navegação teórica em Lisboa no colégio jesuíta de Santo Antão <i>Bruno Almeida</i>	151
A história natural no contexto do império português no Oriente, 1500-1600 <i>Palmira Fontes da Costa</i>	175
A natureza e a geografia da África austral nos roteiros e diários de navegação portugueses do século XVI <i>Ana Cristina Roque</i>	197
O papel da Universidade de Coimbra e do físico-mor na organização do campo médico no Portugal moderno <i>Laurinda Abreu</i>	221
Tradição e inovação na obra de médicos portugueses dos séculos XVI e XVII <i>Adelino Cardoso</i>	247
A presença médica portuguesa no império (séculos XVI-XVIII): acção dos agentes políticos <i>Laurinda Abreu</i>	269
Jesuítas, ciência e disciplina no Portugal da contra-reforma <i>Luís Miguel Carolino</i>	295
«Templos da Sciencia, e Jardins do Entendimento»: as bibliotecas das instituições eclesiásticas portuguesas como espaços de conhecimento <i>Luana Giurgevich</i>	325
Cometas, estrelas novas e matéria celeste em Portugal: as diferentes faces de um debate cosmológico seiscentista <i>Luís Miguel Carolino</i>	347

151	As práticas astrológicas em Portugal <i>Helena Avelar de Carvalho, Luís Campos Ribeiro</i>	373
175	Jardins como espaços de ciência, séculos XVI-XVII <i>Ana Duarte Rodrigues</i>	393
197	Fortificação moderna, engenheiros militares e defesa do território: redes de actuação intercontinental <i>Margarida Tavares da Conceição</i>	417
221	Notas biográficas	450
247	Abstracts and keywords	455
269		
295		
325		
347		

A PRESENÇA MÉDICA PORTUGUESA NO IMPÉRIO (SÉCULOS XVI–XVIII): ACÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS

Laurinda Abreu

Como demonstrámos no capítulo anterior deste volume, a saúde foi um sector bastante dinâmico em Portugal, mobilizando poderosos interesses, individuais e corporativos, interesses que impactaram no modo como se ensinou e praticou medicina até ao início do século XIX. Agora, pretendemos centrar-nos nos agentes sobre os quais recaíam estas políticas e no seu trabalho enquanto curadores oficiais ao serviço da Coroa portuguesa no império ultramarino. Reportamo-nos concretamente aos médicos, cirurgiões e boticários que partiram de Portugal para assistir os doentes, formar recursos em saúde ou reconhecer os saberes locais nas colónias portuguesas. O principal objectivo é perceber como a Coroa organizou e administrou o *campo médico* no império, entre o início do século XVI e o do século XIX. A análise é feita em diálogo com a metrópole, de onde partiam as orientações normativas que enquadraram este universo.

Por uma questão de economia de espaço, retenha-se apenas, referente ao início da época moderna, o investimento régio no aumento de agentes de saúde oficialmente reconhecidos, mas também na sua fiscalização, proibindo o exercício das diferentes actividades curativas sem exame e aprovação. Uma política que ficaria codificada, no caso dos boticários e dos indivíduos que pretendiam exercer medicina sem possuírem estudos universitários, no regimento do físico-mor, promulgado por D. Manuel I em 1515 e pelo mesmo monarca reformado em 1521, aumentando os poderes do físico-mor sobre as boticas e os boticários. Conforme à concepção paternalista do poder régio que se começara a desenhar nos finais da Idade Média, em Portugal, à semelhança de outros países europeus, o primeiro

médico do monarca tornava-se igualmente o físico-mor do reino, metáfora da extensão da protecção do soberano a todos os seus súbditos. O mesmo acontecia relativamente ao seu primeiro-cirurgião, transformado em cirurgião-mor, com competências para superintender os cirurgiões e demais curadores sem formação académica (sangradores, barbeiros-sangradores, parteiras, cristaleiras [*osteopatas*], saca-molas [*dentistas*], entre outros).

Se bem que o cirurgião-mor só tivesse sido dotado de regimento próprio em 1631, coube também a D. Manuel I criar as condições para uma maior eficiência da sua autoridade, visível, por exemplo, no imediato aumento exponencial do número de licenciados (curadores com licença para exercerem) (Abreu 2018). Dentre as competências de ambas as autoridades, cirurgião-mor e físico-mor, estava a atribuição de dois tipos de licenças: umas permitindo a prática do ofício sem restrições («cartas de medicina» ou «cartas de cirurgia»), outras autorizando apenas um número restrito de actos médicos ou cirúrgicos, circunscritos no tempo e no espaço; eram as licenças para «curar de cirurgia» e para «curar de medicina», estas últimas criando «médicos a termo».

A possibilidade de existirem «médicos» sem formação académica tornava os físicos-mores do reino directos concorrentes da Academia, um problema agravado com a competência que lhes foi atribuída para creditar os graus de medicina obtidos no estrangeiro. Esta situação piorou depois da reforma do curso de medicina, realizada na década de 1540, que tornou a formação ministrada na Universidade de Coimbra uma das mais longas da Europa, impelindo os potenciais alunos a escolherem cursos mais curtos no estrangeiro, reconhecidos pelo físico-mor no regresso ao reino: circunstâncias que sobreviveram à reforma pombalina da universidade, de 1772, e que ganharam ainda maior protagonismo após a criação do Protomedicato, em 1782 — uma nova entidade que, a partir dos centenários regimentos do físico-mor e do cirurgião-mor, centralizou a jurisdição de ambos.

Fora desta equação ficou o meio militar, um espaço de aprendizagem em circuito fechado (e má reputação), que nunca autorizou a interferência do poder civil; um sistema paralelo, com as mesmas nomenclaturas ao nível dos cargos dirigentes (físico-mor e cirurgião-mor), porém com a singularidade de também serem aplicadas aos principais cirurgiões e médicos dos diferentes locais onde actuavam, quer se tratasse de um hospital, um regimento, ou uma qualquer instalação militar. Eles foram de facto, no

império, o verdadeiro esteio das políticas régias, sempre que escasseava outro tipo de recursos.

É, pois, de médicos, cirurgiões e de alguns boticários disseminados pelo império português que se falará nas páginas seguintes. Atente-se, contudo, que este texto não é sobre medicina, muito menos sobre o nascimento da medicina moderna, que os especialistas atribuem à interação ocorrida, durante o tempo em análise, entre europeus, africanos, asiáticos e ameríndios¹. Também não intenta tocar as questões ideológicas ligadas à construção do império e relações raciais associadas, e como se cruzaram nas diferentes configurações geopolíticas e influíram na prática dos agentes de saúde aqui mencionados. Trata-se de um trabalho de síntese, tributário de um outro onde se estudou com algum pormenor o caso do Brasil (Abreu 2018a), e da análise em curso sobre o Estado da Índia (Abreu 2020), que, num tempo longo, procura acompanhar o modo como, através da Coroa, a medicina europeia foi chegando aos territórios ultramarinos. Fora deste estudo ficam as misericórdias, porque pouco ou nada se sabe da maioria delas, mas, sobretudo, porque apenas as do Estado da Índia (a de Goa tem especificidades próprias) serviram contratualmente a Coroa e eram pagas para administrarem os hospitais que atendiam os militares.

Por fim, advirta-se que a análise está condicionada pela natureza das fontes utilizadas: maioritariamente, as custodiadas nos organismos da administração central, delimitando o estudo aos indivíduos que se corresponderam com a Coroa a propósito de um qualquer assunto ligado à actividade exercida (requerimento/atribuição de licenças de actividade, mercês, cartas patentes; aumentos de salários e outros) ou foram apanhados nas malhas judiciais. Excluídos estão também todos aqueles que, tendo realizado os exames e obtido licenças provisórias, não solicitaram as licenças definitivas, arriscando uma multa pecuniária que poderia nunca acontecer. No total, trabalhamos com cerca de 2000 indivíduos, presentes em 3548 registos (mapa 1) relativos ao império português, extraídos de uma base de dados com quase 26 mil cirurgiões, boticários e médicos que actuaram sob os auspícios da Coroa, entre 1496 e 1826.

1 Na impossibilidade de apresentar aqui a extensa lista de bibliografia sobre o assunto, remete-se para as referências indicadas no texto de Costa; Leitão 2008, 35-53. E, ainda, no texto de Rodrigues 2018, 74-96; e nesta mesma obra, o texto de Bracht; Polónia 2018, 137-160.